

D E B A T E S

Por enquanto, Sr. Presidente, Srs. deputados, é só Estou coligindo dados, recebendo documentos dos "capemis" que proliferam por toda parte para, ser processado por ele, muito feliz levar essa feita documentação para os "togados" examinarem e verem de quem é o possível candidato a congressista nacional.

O SR. PRESIDENTE — ALVARO FRAGA — PFL — Tem a palavra o nobre Deputado Walter Mendes. (Pausa) Tem a palavra o nobre Deputado Geraldo Alcimin. (Pausa) Tem a palavra o nobre Deputado Jorge Fernandes. (Pausa) Tem a palavra o nobre Deputado Hatiro Shimomoto. (Pausa) Tem a palavra o nobre Deputado Sérgio Santos. (Pausa) Tem a palavra o nobre Deputado Hélio Furlan. (Pausa) Tem a palavra o nobre Deputado Antônio Scopel.

O SR. ANTONIO SCOPEL — PTB — Sr. Presidente, Srs. deputados, na esteira do vibrante pronunciamento do nobre Deputado Geraldo Menezes, gostaria de fazer o seguinte comentário:

A voz do mundo, que corre pelos jornais, diz que o ex-Ministro — que foi presidente de uma grande estatal, a Petrobrás — Shigeaki Ueki, um simples contador, galgado ao posto de presidente dessa empresa, é uma das grandes fortunas da Europa. Trabalha desde menino, sim, como diz o nobre Deputado Geraldo Menezes. Coisas como esta nos preocupam e preocupam a todos aqueles que lutam por um salário mingauado de 300 e poucos mil cruzeiros e que são obrigados a efetuar greves para poder levar o pão para casa, para seus filhos. Podemos também nomear outros que se acham nas condições desse ex-ministro, mas ficamos por aqui, por enquanto.

Sr. Presidente, antes de continuarmos uma denúncia que iniciamos ontem, sobre os loteamentos clandestinos, a venda de áreas em forma de frações ideais, burlando a Lei n.º 6.766 e que escandalosamente proliferam no Estado de São Paulo, ao arripio da fiscalização das autoridades estaduais e municipais, quero cumprimentar o líder do meu partido na Câmara Federal, Deputado Gastone Righi. S. Exa. apresentou um projeto — aliás, os projetos parece que estão saindo em abundância, dentro das lides, dos filiados ao meu partido, haja vista o que o Senador Nelson Carneiro tem apresentado em função dos benefícios sociais — sobre cujo assunto a "Folha de S. Paulo" publicou em 15/5/85, e que passo a ler na íntegra:

CONGRESSO VOTA EMENDA DE RIGHI NO DIA 12 DE JUNHO

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Senado, José Fragelli (PFL-MS), informou ontem que incluiu na pauta de votação do Congresso, para o dia 12 de junho, a proposta de emenda constitucional do líder do PTB na Câmara, Gastone Righi (SP), que concede ao Congresso a ser eleito em 1986 as funções de Assembléia Nacional Constituinte.

Informado pelos repórteres a respeito da decisão de Fragelli, o líder do governo no Senado, Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), admitiu que a Aliança Democrática poderá aprovar a proposta de Righi, "tendo em vista que o governo não quer ter a propriedade das iniciativas, e é até bom que as questões dessa dimensão sejam decididas no Legislativo, como ocorreu com o restabelecimento das eleições diretas para a Presidência da República".

Fernando Henrique Cardoso só fez a declaração depois de ouvir o esclarecimento de que a emenda do líder do PTB conta com o apoio de mais de dois terços dos congressistas de todos os partidos (323 dos 479 deputados e 47 dos 69 senadores). Antes, ele procurara minimizar o significado da proposta, dizendo que deveria ser melhor examinada "à luz do momento político atual", levando-se em consideração que existe outra proposta de Constituinte, de autoria do deputado Alberto Goldmann (PMDB-SP).

A emenda Righi dispõe que o próximo Congresso será constituinte "durante a sessão legislativa seguinte" à eleição, ou seja, entre 1.º de fevereiro e 5 de dezembro de 1987. Nesse período, a Constituinte também desempenharia as atribuições do Congresso Nacional.

"Concluídas as funções da Assembléia Nacional Constituinte — estabelece o parágrafo 2.º, do artigo 3.º da emenda — com a aprovação do texto final da nova Constituição, reinstalar-se-ão, em 1.º de fevereiro de 1988, separadamente, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, na forma dos seus regimentos internos, se de modo diverso não tiver sido disposto em novo texto constitucional".

A emenda do líder petebista mantém a atual proibição de "qualquer proposta ou deliberação tendente a abolir a Federação ou a República", estabelecendo ainda que "a votação das propostas dar-se-á em dois turnos, com a presença da maioria dos constituintes, considerando-se aprovadas as que obtiverem votos da maioria absoluta dos presentes em ambas as votações".

Cumprimento S. Exa. pelo projeto que apresenta e pelo apoio que teve de mais de 2/3 da Câmara Federal (323 deputados dos 479) e de 47 dos 69 senadores.

Mas, estranhamente, o líder do governo, o superlíder, assim o chamaria, inicialmente menosprezou essa iniciativa do líder do meu partido, considerando mesmo que existe outra proposta de Constituinte, de autoria do Deputado Alberto Goldman, de São Paulo. Assim menosprezou, minimizou o significado da proposta, como diz a "Folha de S. Paulo", "que deveria ser melhor examinada à luz do momento político atual." Mas, quando ele tomou ciência de que havia o apoio de mais de 2/3 de deputados federais e de 47 senadores, ele achou que o projeto era viável, era oportuno, votaria a favor do mesmo e trabalharia para que fosse aprovado, como o foi.

Estranha a função desse líder do governo! Desejando votos de congratulações ao líder do meu partido, Deputado Gastone Righi, continuou a fazer, Sr. Presidente, Srs. deputados, uma denúncia que trouxe ontem sobre áreas loteadas em forma de frações ideais. Tal prática, infelizmente generalizada, representa uma forma acintosa de burlar o 6.766, como falamos ontem.

Fizemos várias considerações e continuamos hoje. Mesmo quando o Código Civil aventa a possibilidade de venda de um determinado imóvel em forma de fração ideal, não nos tira razão e nem nos autoriza, na medida em que não foi essa a intenção do legislador, ao adotar a sistemática do fracionamento, de forma atípica e ao arripio das disposições legais, pois o objetivo do legislador, nestas limitações é atender, como atende, superior bem-estar social.

Mas de quem é a culpa? A quem cabe coibir essas irregularidades? A quem cabe combater sistematicamente essas práticas? Quer nos parecer que, de maneira geral, ao próprio Poder Público. Este, se insiste em dificultar ao máximo as aprovações de projetos regulares, elaborados de forma consentânea com as normas dos planos Diretores Municipais, obedecendo conseqüentemente a legislação vigente, por outro lado, na medida em que silencia, permite a proliferação exagerada desses projetos fantasmas e absolutamente irregulares.

Sr. Presidente, Srs. deputados, entre os órgãos públicos, o que parece o mais burocratizante, o que parece não se importar com o crescimento ordenado da cidade, é a Cetesb. Certamente, parcialmente responsável pela pluralização desses loteamentos clandestinos.

Excessivamente burocratizada, suntuosa e, agota, ineficiente... a Cetesb que, constituída, entre outras coisas, para preservar e defender os nossos ecossistemas, foge a todas as suas reais perspectivas, para circular no terreno do óbice, do absolutismo, dos obstáculos, mesmo à aprovação de projetos regulares de parcelamento do solo urbano.

Não somos contra o crescimento ordenado urbano, mas, ao contrário, entendemos-lo necessário e de responsabilidade do Poder Público acompanhar, vigilante, esse processo.

Mas não podemos, também, deixar de repelir a intervenção negativa do Poder Público, dificultando a aprovação de projetos que atendem ao crescimento ordenado das cidades, principalmente quando voltados para o atendimento das classes menos favorecidas, portanto, de interesse social.

Seria a oficialização da "favela", como vem acontecendo, a melhor solução?

Não estaria sendo agravado o ordenamento das cidades com o crescente número de favelas, possivelmente diante dos embaraços ou entraves oficiais aos projetos habitacionais e de parcelamento do solo, com exigências infundadas?

É exatamente dentro desta perspectiva que os processos nas repartições Públicas dormitam longamente, engendrando prejuízos e

castrando planos, dos mais simples aos mais complexos, à iniciativa privada.

Toda essa ineficiência e burocratização é sustentada por elevadas taxas que são reclamadas, por exemplo, pela Cetesb, para apreciar processos, independentemente da aprovação ou não dos mesmos.

Sr. Presidente, Srs. deputados, nós do Poder Legislativo, sempre atentos ao espírito da lei e às questões sociais, associamo-nos ao Judiciário, quando este fez alertar os Cartórios de Registros de Imóveis para que se não efetuassem os registros das frações ideais desses loteamentos clandestinos.

Portanto, Srs. Parlamentares, em função das imposições que caracterizam o nosso mandato, queremos acreditar que a exortação que ora fazemos ecoar na denúncia de venda de áreas de terras loteadas em forma de frações ideais, insistindo sobretudo na imediata desburocratização dos Poderes Públicos também faz prevalecer o espírito da lei na aprovação, mais racional, de projetos de conjuntos habitacionais e de parcelamento do uso do solo, a menos que queiramos todos nos tornarmos cúmplices por um processo de favelização e inchaço desordenado e inconseqüente das cidades brasileiras.

O SR. PRESIDENTE — ALVARO FRAGA — PDS — Srs. deputados, esgotada a lista de oradores inscritos para o Pequeno Expediente, esta Presidência passa à lista suplementar.

Tem a palavra o nobre Deputado Paulo Frateschi por cinco minutos regimentais.

O SR. PAULO FRATESCHI — PT — Sem televisão do orador — Sr. Presidente, Srs. deputados, há alguns dias temos visto nos jornais algumas afirmações de membros do Governo do Estado que realmente nos deixam bastante perplexos. Hoje, por exemplo, o Sr. Bresser Pereira tem uma matéria no jornal "O Estado de S. Paulo", onde diz: "Bresser vê política em greve de servidor público". É estranho isso.

Quer dizer, o governador havia visto também política nas greves, a infiltração política, a maquiagem com intuídos políticos em outras greves do Estado. Parece realmente algo temeroso esse tipo de afirmação. O governador, por exemplo, chega a afirmar que no início do Governo Figueiredo estavam registradas no País quinhentas greves e que, atualmente, temos apenas duzentas. Então, o que ele concluiu é que a participação política hoje seja menor. O governador cai numa série de contradições, na medida em que ele mesmo diz que a situação salarial do povo brasileiro é triste, é terrível. E, ao mesmo tempo, quando qualquer categoria se indispõe com essa política, quando uma categoria profissional se coloca em posição de combate a uma política de fome, a uma política de arrocho, vêm então com a conversa de que temos neste movimento algum interesse político escondido. É um absurdo. O Sr. Bresser Pereira, hoje secretário de Governo, diz inclusive que já está preparando os funcionários públicos para pressões, para demissões. Tudo indica realmente que é para demissão, na medida em que ele diz: "O cargo de confiança é cargo de confiança. Vou punir se tiver qualquer greve ou qualquer movimento". O que é que ele está dizendo com isso? Ele está dizendo para o Sr. Delegado de Ensino que se houver greve é o delegado que tem que reprimir o diretor, o qual tem que reprimir o professor... Quando ele, hoje, diz ao assistente: "Vou punir cargo de confiança", ele vai querer saber se sou assistente de direção numa escola. Está lá o papel para poder reprimir os cargos de chefia, porque a maioria são cargos de confiança. Ele está criando ou ressuscitando, tirando da tumba, aquele princípio da delação. É isso que o tal senador dos trabalhadores, hoje governador do Estado de São Paulo, está pregando. Então, os professores ganham mal, os funcionários públicos de um modo geral ganham mal, os policiais ganham mal, todo mundo ganha mal. Ele afirma que realmente durante os vinte anos deteriorou-se o salário de todos os servidores. E quando esses servidores vão à frente do Palácio fazer uma manifestação de protesto exigindo o cumprimento de algumas reivindicações, ele diz que há interesses políticos por trás. E, o que é pior, não se falou em greve até agora. Nenhuma categoria profissional disse: Estamos marcando uma greve para tal dia ou há uma assembleia para marcar a greve. Não, de jeito nenhum, nenhuma categoria marcou greve. No entanto, o Sr. Bresser Pereira adianta-se dizendo que haverá uma greve e que ele reprimirá a greve. Não sei que bola de cristal ele tem. Tudo indica que ele quer realmente trazer a desunião entre o funcionalismo público. Naquela carta que o Deputado Hélio César Rosas leu, aqui, tive a oportunidade de dar uma olhada. Ela estava na mesa do Secretário da Educação, quando nesta semana lá esteve, para falar ao Secretário. E a carta deste senhor do CPP estava realmente sobre a mesa do governador. Infelizmente, o deputado não teve tempo de a ler com atenção e pediu para que a registrasse. Eu já havia dado uma folhada rapidamente sobre a carta. Não lembro exatamente os termos, mas este diretor da escola de Sorocaba, dizendo ser dirigente do CPP, não sei se é, mas tudo indica que se trata de alguém com medo de repressão e querendo ficar bem com o Secretário da Educação. Então, com o excesso de zelo pelo seu cargo, talvez um puxa-saquismo muito desenvolvido, mandou a carta. Quero informar a todos os deputados, ao Sr. Bresser Pereira e ao Sr. Governador, que as categorias do magistério estão todas unidas. Conquistaram uma grande união diante de uma grande luta, durante muito tempo. Hoje têm uma comissão onde todas as entidades estão unidas. E não é um puxa-saco como esse diretor do CPP, que está isolado, o que não se pode dizer da diretoria do CPP, porque a diretoria do CPP está junto com todas as entidades do magistério, todos muitos sérios.

A APEOESP com toda serenidade que conquistou durante esses anos de luta, está discutindo com muita cautela o movimento reivindicatório deles. Não existe ninguém querendo tirar proveito político desta greve; existem pessoas querendo defender a categoria que está sacrificada, maltratada, humilhada, uma categoria que votou com muito peso num governo e que se decepcionou. S. Exa. o Sr. Governador que trate de melhorar sua política, não fique vendo fantasmas onde não existem, porque é um político no sentido de perceber a impostura do seu poder.

Essa classe percebeu a falta de coragem política do Governador Franco Montoro, e achou que tinha o direito de reivindicar apenas o que S. Exa. havia prometido. O governador havia dito que nunca daria salário inferior e que recuperaria a perda salarial. O Sr. Governador Franco Montoro, quando senador, tinha um projeto no Senado que daria aumentos automáticos toda vez que a inflação atingisse 10%. Hoje o Sr. Governador, de uma certa forma, esquece toda essa categoria, porque a luta por salários passou a ser uma luta feia.

Para terminar, Sr. Presidente, lerei uma nota à imprensa que foi divulgada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo. Teremos um movimento bastante forte dos trabalhadores volantes da agricultura. Lerei esta carta que foi enviada a uma série de entidades. Eis o teor:

NOTA À IMPRENSA

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetacs) e os dirigentes sindicais integrantes da Comissão de Negociação dos novos preços do corte de cana e relações de trabalho no setor, frente aos usineiros, fornecedores de cana e Federação Patronal (Facsop), no momento em que as negociações entram na fase decisiva, vêm perante à opinião pública apresentar os seguintes esclarecimentos:

1. A Federação Patronal (Facsop) formalizou na tarde de hoje (8/5) a sua contraproposta aos trabalhadores rurais da cana-de-açúcar do Estado de São Paulo, representados pela Fetacs.

Depois de quase vinte dias de negociações, da pauta unificada de 29 reivindicações apresentadas pela Fetacs, apenas em 13 houve uma resposta que poderíamos chamar de aceitável. Infelizmente todas essas cláusulas onde se obtive um relativo entendimento referem-se a conquistas anteriores já sacramentadas pela legislação trabalhista e pelos acordos celebrados desde a greve de Guariba no ano passado.

2. Os patrões não aceitaram nenhuma das cláusulas fundamentais propostas pelos trabalhadores da cana, quais sejam: a) o valor do pagamento da cana em metros e não em toneladas; b) reajuste automático trimestral pelo INPC ou indexado pelo preço da cana; c) mecanismos que reduzam o desemprego na entressafra e permitam maior estabilidade dos trabalhadores rurais tais como redução do uso de herbicidas e colheiteiras, contrato de trabalho por 12 meses etc. d) fortalecimento dos órgãos de representação dos trabalhadores, tais como estabilidade para as comissões de negociação, fornecimento das listas de admissão/demissão aos sindicatos etc.

3. A estratégia dos patrões e usineiros foi a de protelar a discussão desses pontos fundamentais: ofereceram um valor pelo corte por tonelada de Cr\$ 5.000. Isso significa que o trabalhador que corta e amontoa em média 4 toneladas de cana por dia, se conseguir trabalhar todos os 25 dias úteis do mês, ganhará Cr\$ 500 mil por mês — ou seja, um salário mínimo e meio ou ainda 12 salários mínimos até o fim do ano, quando termina a safra de cana no Estado e com o que terá que sobreviver até maio do ano seguinte, quando recomeçará novamente o corte. Isso significa que os usineiros — um dos segmentos mais privilegiados nos últimos anos da sociedade brasileira, com o Proalcol totalmente subsidiado — oferecem aos trabalhadores rurais paulistas — um dos setores mais espoliados da nossa sociedade a miséria de um salário mínimo por trabalhador empregado, sem reajuste até o final da safra e sem nenhuma garantia de emprego na entressafra.

4. Na verdade o que querem os patrões e usineiros é forçar o impasse nas negociações e, na medida em que oferecem propostas inaceitáveis aos trabalhadores rurais, forçá-los à greve.

Mas por que querem os patrões e usineiros a greve? Porque querem usar os trabalhadores rurais para obter novos privilégios e concessões da "Nova República". Como o preço da cana e as cotas de produção são administradas pelo Governo Federal, os usineiros paulistas querem usar a miséria dos trabalhadores rurais para forçarem novos aumentos do açúcar e do álcool combustíveis e expandirem ainda mais as suas cotas, transformando São Paulo num imenso mar de cana.

5. Os usineiros vêm se preparando desde o ano passado para essa greve. Tiveram que usar a Polícia Militar para espantar os grevistas em Guariba e Sertãozinho, conforme recentemente comprovado; hoje já têm as suas próprias milícias privadas, os capangas das usinas, no velho estilo dos coronéis nordestinos. Estão utilizando colheiteiras na região de Ribeirão Preto (Usinas da Pedra, Martinópolis e São Francisco, que já começaram a safra). E, para intimidar ainda mais o pessoal da região com a ameaça de desemprego, estão trazendo "mineiros" — Trabalhadores recrutados em Minas, Bahia e Paraná, alojados em barracões imundos, quase como escravos — para tentarem quebrar a organização dos trabalhadores rurais do Estado de São Paulo na luta por seus direitos.

6. A Fetacs, em nome dos 500 mil bóias-frias do Estado, que atualmente encontram-se desempregados pelas medidas procrastinadoras dos patrões e usineiros que protelam o início da safra e o bom termo das negociações, apela às autoridades estaduais e federais, à população em geral e em particular aos companheiros trabalhadores para que nos ajudem nesse momento de angústia, que repudiam a manipulação da miséria de muitos em benefício da ganância dos mesmos privilegiados de sempre. Os trabalhadores rurais do Estado de São Paulo recusam-se a crer que o sonho de uma "Nova República" tenha acabado e que, junto com aquele que foi o símbolo da negociação, os usineiros paulistas enterrem a esperança de dias melhores para os nossos bóias-frias.

São Paulo, 8 de maio de 1985.

A DIRETORIA DA FETAESP

O SR. EVANDRO MESQUITA — PMDB — Senhor Presidente, Senhores Deputados, com a posse da nova administração da Fepasa, no dia 11 de janeiro, gostaria de expor aos senhores as diretrizes de trabalho dessa diretoria. Em seu discurso de posse, o presidente da Fepasa, eng.º Sebastião Hermanno Leite Cintra, falou que o lema de trabalho que adotará à frente da empresa é: "Não deixe morrer a crença de que transformar é possível".

Segundo o presidente, esse pensamento resume o que ele sempre procurou fazer ao longo de sua vida profissional e expressa a confiança no ser humano e em sua capacidade de enfrentar e vencer desafios.

No seu pronunciamento, o eng.º Hermanno Cintra deixou claro que o desafio da transformação da empresa consiste em resgatar a importância da Fepasa na economia do Estado e do País, em recuperar a confiança da comunidade, na prestação de serviços de transporte ferroviário.

Esse, segundo as recomendações da Nova República — onde a austeridade é necessária — a Fepasa, no seu projeto de renovação dos trens japoneses, baseou-se no critério de racionalização de recursos, na utilização de materiais e componentes disponíveis em estoque pela Fepasa.

O programa de reforma previu a execução da renovação de seis TU Protótipos para a operação no trecho Itapevi — Amador Bueno, dividido em dois conjuntos principais — caixa e sistema eletromecânico.

O primeiro foi desenvolvido nas oficinas da Fepasa, em Rio Claro, e, o segundo, nas oficinas de Sorocaba.

O custo para remodelação total de um TU japonês, incluindo custos de elaboração do projeto, materiais, mão-de-obra e despesas indiretas, é de aproximadamente US\$ 257.757, o que significa apenas 6% do custo de um TU novo.

Este mês será iniciado um programa de treinamento da população com os TU renovados e, no início de junho, inicia-se a operação comercial no trecho Itapevi a Amador Bueno, onde as composições começaram a circular a serviço da população.

Preocupada em melhorar o acesso do usuário, a Fepasa está ampliando a estação da Lapa, por onde circulam diariamente 45 mil passageiros do trem metropolitano. Contando com recursos do BNDES (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL), a obra está estimada em 800 milhões de cruzeiros e deverá ser concluída até janeiro de 86, dando lugar a uma nova estação.

As melhorias visam oferecer maior conforto e segurança aos passageiros em trânsito na Fepasa. As reformas envolvem a ampliação da área interna da gare, com remanejamento das bilheterias, para facilitar a circulação dos usuários, tanto na aquisição dos bilhetes quanto na passagem pelos bloqueios. As portas da entrada também serão duplicadas para facilitar o fluxo nos horários de pico.

Quanto à parte externa, o projeto prevê a melhoria da área de acesso à estação, com a implantação de área verde, abrangendo a calçada em frente ao mercado da Lapa. O jardim abrirá mais espaço para o acesso à gare, além de garantir maior luminosidade ao local. A reforma da estação da Lapa dará um novo visual àquela região.

A Fepasa também está construindo uma estação no Largo 13 de Maio. Dimensionada para atender uma demanda de até 15 mil passageiros/hora, a estação ocupará uma área de 4.200 metros quadrados e será o maior e o principal terminal do trem metropolitano da empresa, no ramal Sul (linha Osasco-Santo Amaro).

Ela será constituída por infra-estrutura de concreto armado e um mezanino ligado à Av. Padre José Maria, através de uma passarela de 150 metros, que cruzará a Av. Nações Unidas (marginal). Conterá com rampa integrada a uma área urbanizada, onde existe projeto de implantação de terminal de ônibus elétrico e diesel, integrado ao trem metropolitano.

A estação Largo Treze de Maio é a primeira a ser construída em aço (as demais são em concreto armado), cujo material é fornecido pela Cosipa, em troca de fretes. Pela característica de resistência, esse tipo de aço implica baixo custo para a ferrovia.

A gare disporá de plataformas de embarque e desembarque de 126 metros de extensão, 8 bilheterias e 15 bloqueios automáticos, para facilitar o fluxo de passageiros.

Esses são alguns dos benefícios que a nova administração da Fepasa está trazendo aos usuários das ferrovias.

Queremos, também neste momento oportuno, trazer uma palavra sobre o novo Governador do Distrito Federal, Dr. José Afonso de Albuquerque Maranhão. Foi indicado pelo Presidente José Sarney e aprovado por unanimidade pela Comissão de onze Senadores a qual seu nome foi submetido para exercer o governo do Distrito Federal.

A militância política do Governador José Afonso é longa. Tornou-se desnecessário historiar as minúcias dela. Mas, é importante lembrar que toda sua atuação sempre foi pautada pelo bom senso, espírito aberto e conhecimento profundo das atividades a que se dedicou.

No curto espaço de tempo em que foi Ministro da Cultura, propôs-se democratizar a Censura. Fez a promessa formal e cumprida. Sentiu a necessidade de vivificar a Cultura no Brasil, através do respeito e consciência para com as manifestações da arte de criar.

Com sua tradição de defesa da liberdade, lutou contra o "Estado Novo", empenhando-se na renovação dos processos políticos. Foi um